manchete

Público

23-05-2019

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885
Temática: Justica
Dimensão: 1172 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 6

ESPAÇO PÚBLICO
O papel dos advogados na Europa

O papel dos advogados na Europa

Guilherme Figueiredo

No seu dia-a-dia, os advogados são permanentes radares para detecção de todos os ataques e de todos os inimigos do Estado de direito

Europa, democracia e Estado de direito. Foi por isto que tanta juventude se sacrificou nos campos de batalha. Mas nem a democracia, nem o Estado de direito, nem a Europa são dados adquiridos. Como tudo o que é construção humana, são frágeis, perecíveis e estão até sujeitos ao ar do tempo.

Democracia, justiça, liberdade, transparência são parte integrante da Europa que construímos e defendemos e que devemos preservar activamente.

Todos somos poucos para as mantermos vivas e incólumes. E esse é um trabalho de todos os dias. É preciso estar alerta, conhecer bem os valores, os princípios, as regras e defendê-los. Defender o Estado de direito democrático e social é construir a Europa, é participar dela. É fazê-la. Com as eleições europeias à porta, a reflexão sobre a Europa, o seu sentido e significado e o nosso papel enquanto advogados na consolidação desse sentido é um imperativo cívico.

Aqui é crucial a importância do advogado, da profissão advocatorial, da prática da advocacia e da sua institucionalização, não só na defesa contra o próprio poder judicial, mas também de prevenção nas áreas da *compliance*, do estímulo a práticas não corruptivas, o que implica também uma autopedagogia profissional, sem cair em facilitismos. Como comunidade interpretativa muito específica e bem-sucedida, no interior de um subsistema fortemente auto-subsistente, cabe-lhe externalizar o melhor possível o sentido da sua actividade e internalizar as críticas de parceiros e cidadãos em geral. O advogado oferece e constitui um momento de diferenciação, que tem componentes estratégicas ou tácticas, atendendo os interesses em causa, mas visando a sua adequação a um sistema normativo, louvando-se em valores fundos, como o da própria autonomia individual e da defesa dos mais vulneráveis.

Neste contexto, a Ordem dos Advogados Portugueses há-de recordar aos membros as responsabilidades que lhes competem, interpretando curialmente o interesse público na sua determinação, exigência e controlo, mas também exprimir para a sociedade e junto de outras instâncias a perspectiva própria dos advogados, terminações sensíveis dos atropelos sociais, e vanguardas da negociação entre valores, poderes e interesses que o direito sintetiza e sublima permanentemente. No seu dia-a-dia, os advogados são, devem ser, permanentes radares para detecção de todos os ataques e de todos os inimigos do Estado de direito. Os advogados possuem os equipamentos necessários para o efeito e, mais do que ninguém, sabem como e onde os cidadãos e as instituições sofrem os maiores ataques. O seu trabalho é um permanente confronto com a realidade.

RUI GAUDÊNCIO

Devemos exigir que as instituições europeias atribuam um lugar de destaque às questões relativas ao Estado de Direito Democrático e à Justiça

Actualmente existem vários atentados ao Estado de direito, nomeadamente, o excesso de burocracia, o excessivo custo do acesso aos tribunais, em especial aos mais desfavorecidos, a falta de recursos humanos nos serviços públicos, a legislação que fragiliza os nossos direitos individuais ou colectivos, a legislação que dificulta, porque encarece, o nosso acesso a serviços privados mas de interesse público, como os serviços bancários. O advogado é um cidadão especialmente habilitado a detectar estes atentados, e é seu dever lutar contra eles, denunciá-los, tentar eliminá-los, seja na sua actuação individual, seja no contexto da ordem. É por sempre terem existido advogados que responderam a esse apelo cívico que tanto nos orgulhamos da nossa profissão.

É também por sempre terem existido esses advogados que a nossa profissão é alvo de ataques, limitações e privações. Na Europa, sinónimo de Estado de direito, sinónimo de democracia, esses ataques são agora mais frequentes. Na Hungria, na Polónia, na Turquia, há advogados presos, há advogados silenciados. Importa, pois, levantar a voz contra esses ataques, porque eles são sempre, em última análise, ataques ao Estado de direito, à Europa que construímos.

É preciso assegurar a existência de uma advocacia independente, representada por uma ordem forte e respeitada, preservar o segredo profissional, ouvir a advocacia no processo legislativo, nacional e europeu, oferecer maior certeza e segurança aos cidadãos, sendo uma tarefa vital para a preservação do Estado de direito.

Devemos, pois, seguindo o Manifesto do CCBE para as eleições europeias, exigir que as instituições europeias atribuam um lugar de destaque, entre as suas preocupações e no seu trabalho, às questões relativas ao Estado de direito democrático e à Justiça.

Devemos exigir às instituições europeias que garantam aos cidadãos o direito à revisão efectiva da legislação e das decisões governamentais, por forma a assegurar que as mesmas em nada atacam o Estado de direito, que garantam a todos o acesso a um advogado e o respeito pelas garantias processuais, que encorajem a transparência e que assegurem o respeito pelos direitos fundamentais, em especial aqueles que hoje estão tão postos em causa, o direito de cada um à vida privada e à confidencialidade.

Cumpriremos assim a nossa função de advogados, de voz dos que buscam justiça.

É por entender a importância da União Europeia no dia-a-dia dos cidadãos em geral e, desde logo, a sua presença incontornável nas matérias com as quais os advogados lidam no exercício da sua profissão, que publicámos um número especial do *Boletim da Ordem dos Advogados*. Já em 15 de Novembro de 2018 o *Ciclo de Conferências de S. Domingos*, promovido pela Ordem dos Advogados e o seu conselho geral, se encetou sob a temática *A União Europeia e Portugal*.

Nesta época eleitoral, ganha particular importância relembrar temas que reflectem a natureza única da UE e a sua (omni)presença na vida das pessoas e empresas e na actividade desenvolvida pelas profissões jurídicas. Recorde-se, a este propósito, que o Tratado da União Europeia estabelece que a União Europeia (UE) se funda "nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias". E acrescenta que "estes valores são comuns aos Estados-membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não-discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres". Para mais, do "direito da UE fazem parte, enquanto princípios gerais, os direitos fundamentais tal como os garante a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e tal como resultam das tradições constitucionais comuns aos Estados-membros". Mais estabelece o Tratado que o objectivo da UE é a promoção "[d]a paz, [d]os seus valores e [d]o bem-estar dos seus povos" (art. 3.º), e é neste âmbito que a UE "proporciona aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas".

Não o esqueçamos: a UE somos todos nós. Por isso, e independentemente do pensamento de cada um e da respectiva opção política, é imperativo de cidadania votar na eleição do próximo domingo.

Bastonário da Ordem dos Advogados Portugueses